

Superior Tribunal de Justiça

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL Nº 1.332.343 - SP (2018/0184012-4)

RELATOR : **MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE**
AGRAVANTE : BANCO DO BRASIL SA
ADVOGADOS : EDUARDO JANZON AVALONE NOGUEIRA - SP123199
GUSTAVO AMATO PISSINI - SP261030
ULISSES FUNAKAWA DE SOUZA E OUTRO(S) - SP298918
AGRAVADO : LIDIO TEODORO DE SOUZA
ADVOGADO : LUCIANA RODRIGUES PRETO - SP276983

EMENTA

AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. AUSÊNCIA DE IMPUGNAÇÃO ESPECÍFICA AOS FUNDAMENTOS DA DECISÃO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. ART. 544, § 4º, I, DO CPC/1973 (ATUAL ART. 932, III, DO CPC/2015). AGRAVO NÃO CONHECIDO.

DECISÃO

Trata-se de agravo (art. 544 do CPC/1973) interposto por BANCO DO BRASIL S.A. contra a decisão de fls. 172-173 (e-STJ), proferida em juízo provisório de admissibilidade, a qual negou seguimento ao recurso especial.

O apelo extremo foi deduzido com base no art. 105, III, *a*, da Constituição Federal, em desafio a acórdão prolatado pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo assim ementado (fl. 138, e-STJ):

Contrato bancário - Débito - Sentença do Juizado Especial - Não observância, pois permaneceu a restrição em cadastro de inadimplentes - Dano moral configurado - Procedência da ação - Sentença mantida - Art. 252 do Regimento Interno - Recurso não provido.

Nas razões do recurso especial (fls. 142-156, e-STJ), o recorrente alegou que o acórdão impugnado incorreu em violação aos arts. 1º, 5º, 145, 150, IV, da Constituição Federal de 1988 e 944 do Código Civil de 2002.

Sustentou, em síntese, que o valor arbitrado a título de indenização por danos morais encontra-se excessivo, violando os princípios da razoabilidade e da

Superior Tribunal de Justiça

proporcionalidade, motivo pelo qual ele deve ser reduzido.

Em juízo de admissibilidade, a Corte de origem negou o processamento do recurso especial, pelos seguintes fundamentos: a) a análise de violação a dispositivos constitucionais não enseja a interposição de recurso especial, em razão da competência para tal análise conferida ao Supremo Tribunal Federal; b) não houve demonstração das vulnerações legais suscitadas; e c) aplicação da Súmula 7/STJ para revisão das conclusões estaduais.

Irresignado (fls. 176-172, e-STJ), aduz o agravante que o reclamo merece trânsito, limitando-se a repisar os mesmos termos já trazidos no recurso especial e a refutar a aplicação da Súmula 7/STJ.

Sem contraminuta, conforme certificado à fl. 192 (e-STJ).

Brevemente relatado, decido.

De início, verifico dos autos que o recurso foi interposto quando ainda estava em vigor o Código de Processo Civil de 1973. Sendo assim, sua análise obedecerá ao regramento nele previsto.

Com efeito, o entendimento desta Corte é no sentido de que a parte recorrente deve infirmar os fundamentos da decisão impugnada, mostrando-se inadmissível o agravo que não se insurge especificamente contra todos eles.

No caso, constata-se que o agravante não atendeu a esse comando, limitando seus argumentos a repisar os mesmos termos já trazidos no recurso especial interposto.

No tocante à rejeição do recurso especial pela impossibilidade de análise de violação a dispositivos constitucionais pelo STJ, nota-se, de plano, que tal fundamento não foi sequer mencionado nas razões do agravo.

Ora, é dever da parte combater especificamente todos os fundamentos da decisão agravada, demonstrando o desacerto do *decisum* que negou seguimento à irresignação especial.

Nesse sentido:

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL - AÇÃO DE MODIFICAÇÃO DE GUARDA - DECISÃO MONOCRÁTICA DA PRESIDÊNCIA DESTA CORTE QUE NÃO CONHECEU DO RECLAMO, ANTE O ÓBICE DA SÚMULA 182/STJ. IRRESIGNAÇÃO DO DEMANDADO.

1. Razões do agravo do art. 1.042 do CPC/15 que **não impugnaram especificamente os fundamentos da decisão de admissibilidade, violando o princípio da dialeticidade, o que autoriza o não conhecimento do agravo em recurso especial, nos termos do art. 932, III, do CPC/15.**

(...)

3. Agravo interno desprovido (AgInt no AREsp 1297243/SP, Rel. Ministro Marco Buzzi, Quarta Turma, julgado em 16/10/2018, DJe 23/10/2018 - Sem grifos no original).

AGRAVO INTERNO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. PROCESSUAL CIVIL. RESOLUÇÃO/STJ 17/2013 E ART. 21-E DO RISTJ. COMPETÊNCIA DO PRESIDENTE DO STJ. PRECEDENTES DO STJ. DECISÃO SOBRE O PRIMEIRO JUÍZO DE ADMISSIBILIDADE DO RECURSO ESPECIAL. NÃO IMPUGNAÇÃO DOS FUNDAMENTOS. AGRAVO A QUE SE NEGA PROVIMENTO.

1. Os artigos 1º e 3º da Resolução/STJ 17, de 4/9/2013, e o artigo 21-E do RISTJ, incluído pela Emenda Regimental 24/2016, autorizam a Presidência desta Corte, antes da distribuição dos feitos, a não conhecer de recursos que não tiverem impugnado especificamente todos os fundamentos da decisão recorrida.

2. **Para se viabilizar o conhecimento do agravo em recurso especial, é necessário que a parte agravante impugne especificamente todos os fundamentos da decisão de inadmissão, o que não ocorreu na hipótese em exame.**

3. **A ausência de impugnação específica, na petição de agravo em recurso especial, dos fundamentos da decisão que não admite o apelo especial atrai a aplicação do artigo 932, III, do Código de Processo Civil de 2015.**

4. Agravo interno a que se nega provimento (AgInt no AREsp 1260703/CE, Rel. Ministro Lázaro Guimarães, Desembargador convocado do TRF 5ª Região, Quarta Turma, julgado em 11/09/2018, DJe 14/09/2018 - Sem grifos no original).

Diante do exposto, não conheço do agravo em recurso especial.

Publique-se.

Superior Tribunal de Justiça

Brasília (DF), 20 de novembro de 2019.

MINISTRO MARCO AURÉLIO BELLIZZE, Relator

